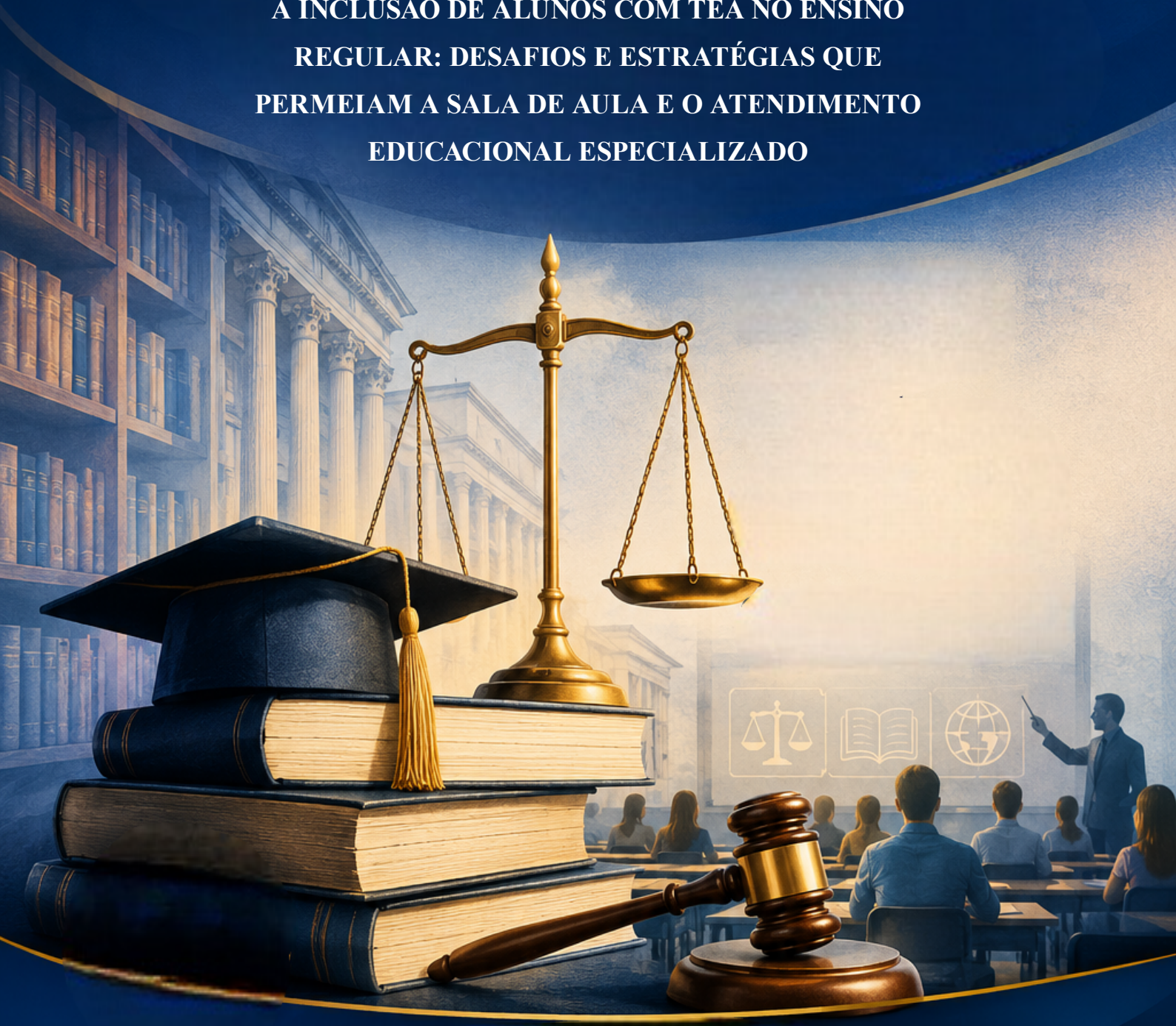


Capítulo 11

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO
REGULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS QUE
PERMEIAM A SALA DE AULA E O ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**



A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO REGULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS QUE PERMEIAM A SALA DE AULA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD IN REGULAR EDUCATION: CHALLENGES AND STRATEGIES THAT PERMEATE THE CLASSROOM AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES

Verônica Ana da Silva Estevam dos Santos¹

Luciane Weber Baia Hees

Resumo: A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular representa um dos principais desafios da educação contemporânea. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, ainda persistem dificuldades relacionadas à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às condições estruturais das instituições escolares. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios e estratégias relacionados à inclusão escolar de alunos com TEA, tomando como base uma pesquisa qualitativa desenvolvida em uma escola pública. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados a professores e gestores escolares e analisados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Os resultados evidenciaram que práticas como adaptação curricular, utilização de recursos visuais, organização de rotinas e trabalho colaborativo favorecem o processo de inclusão. Entretanto, foram identificadas limitações relacionadas à insuficiência de formação continuada, carência de profissionais especializados e necessidade de maior investimento institucional. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, participação da família e compromisso da gestão escolar, garantindo

¹ Aluna de Mestrado em Educação pela ABSOULUTE CHRISTIAN UNIVERSITY.

condições adequadas para o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA.

Palavras chaves: Educação Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Formação Docente; Atendimento Educacional Especializado; Inclusão Escolar.

Abstract: The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in mainstream education represents one of the greatest challenges in contemporary education. Although Brazilian legislation guarantees the right to inclusive education, significant obstacles remain regarding teacher training, pedagogical resources, the performance of Specialized Educational Assistance (SEA), and school infrastructure. This article aims to analyze the main challenges and strategies related to the inclusion of students with ASD in regular education based on a qualitative study conducted in a public school. Data were collected through questionnaires administered to teachers and school administrators and analyzed using Bardin's Content Analysis. The findings indicate that curriculum adaptation, visual resources, structured routines, and collaborative work contribute positively to inclusive education. However, shortcomings remain concerning continuing teacher education, shortage of specialized professionals, and institutional investment. It is concluded that inclusive education depends on coordinated public policies, teacher qualification, family participation, and effective school management to ensure quality education for students with ASD.

Keywords: Inclusive Education; Autism Spectrum Disorder; Teacher Training; Specialized Educational Assistance; School Inclusion.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado como uma condição do neurodesenvolvimento que interfere principalmente na comunicação, na interação social e nos

padrões comportamentais dos indivíduos. Nas últimas décadas, o aumento do número de diagnósticos tem ampliado o debate acerca da necessidade de construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos, capazes de atender às necessidades específicas desses estudantes. A educação inclusiva deixou de ser apenas uma proposta pedagógica para tornar-se um direito assegurado pela legislação brasileira, exigindo das instituições de ensino mudanças estruturais, pedagógicas e organizacionais.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelecem que estudantes com deficiência, incluindo aqueles diagnosticados com TEA, devem ter acesso ao ensino regular com apoio especializado sempre que necessário. Apesar desses avanços legais, ainda existem desafios importantes para que a inclusão ocorra de maneira efetiva.

Entre os principais obstáculos encontrados nas escolas destacam-se a insuficiente formação inicial e continuada dos professores, a escassez de profissionais especializados, limitações na infraestrutura escolar e dificuldades na articulação entre professores, equipe gestora, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e famílias. Esses fatores podem comprometer não apenas o desenvolvimento acadêmico do estudante, mas também sua participação social e sua permanência na escola.

Por outro lado, diversas estratégias pedagógicas têm demonstrado resultados positivos na promoção da aprendizagem dos alunos com TEA. A utilização de recursos visuais, a adaptação curricular, a previsibilidade das rotinas, o planejamento individualizado e o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação constituem práticas que favorecem a inclusão e contribuem para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas escolas na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, bem como discutir estratégias pedagógicas capazes de fortalecer esse processo. Além disso, busca evidenciar a importância da formação docente, do Atendimento Educacional Especializado e do compromisso institucional para

garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, respeitando as singularidades de cada estudante e promovendo igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva e seus fundamentos legais

A educação inclusiva consolidou-se como um princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras ao reconhecer que todos os estudantes possuem o direito de acessar, permanecer e aprender na escola regular, independentemente de suas características individuais. Essa perspectiva rompe com modelos educacionais segregacionistas e propõe que as instituições de ensino adaptem suas práticas pedagógicas, recursos e organização para atender à diversidade presente nas salas de aula.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um importante marco ao estabelecer a educação como direito de todos e garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) fortaleceu esse princípio ao reconhecer a Educação Especial como modalidade transversal de ensino, assegurando serviços especializados para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades.

Outros dispositivos legais reforçaram esse compromisso, entre eles a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabeleceram diretrizes para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência em ambientes escolares inclusivos. Esses instrumentos legais evidenciam que a inclusão deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada entre Estado, escola, família e sociedade.

Nesse contexto, a inclusão escolar não consiste apenas na matrícula do estudante na escola regular, mas exige a construção de ambientes acessíveis, práticas pedagógicas flexíveis, recursos de acessibilidade e profissionais qualificados para atender às necessidades específicas de cada aluno.

Transtorno do Espectro Autista e o contexto educacional

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento marcado por dificuldades persistentes na comunicação social, na interação interpessoal e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento. Entretanto, essas manifestações apresentam grande variabilidade entre os indivíduos, justificando a utilização do termo “espectro”.

Historicamente, o conhecimento sobre o autismo evoluiu significativamente. As primeiras descrições clínicas realizadas por Leo Kanner, em 1943, e Hans Asperger, em 1944, contribuíram para diferenciar o transtorno de outras condições psiquiátricas e possibilitaram avanços nas pesquisas relacionadas ao diagnóstico, intervenção e inclusão social. Ao longo das últimas décadas, o aumento das investigações científicas permitiu compreender o TEA como uma condição de origem neurobiológica, afastando antigas interpretações que atribuíam sua causa exclusivamente a fatores familiares ou emocionais.

No ambiente escolar, estudantes com TEA podem apresentar diferentes necessidades educacionais, relacionadas principalmente à comunicação, organização das atividades, interação social e processamento sensorial. Por esse motivo, estratégias pedagógicas individualizadas tornam-se fundamentais para favorecer sua aprendizagem e participação nas atividades escolares.

É importante destacar que o diagnóstico de TEA não determina a capacidade de aprendizagem do estudante. Ao contrário, quando recebem apoio adequado, acompanhamento especializado e oportunidades educacionais acessíveis, muitos alunos desenvolvem habilidades acadêmicas, sociais e de autonomia compatíveis com seu potencial.

Formação docente e Atendimento Educacional Especializado

A literatura evidencia que um dos maiores desafios para a efetivação da educação inclusiva está relacionado à formação dos professores. Embora a legislação brasileira estabeleça a necessidade de capacitação para atuação com estudantes público-alvo da Educação Especial, muitos docentes ainda relatam insegurança diante das demandas apresentadas por alunos com TEA.

A formação inicial frequentemente oferece conhecimentos limitados sobre educação inclusiva, tornando indispensável a oferta de programas permanentes de formação continuada. Esses processos formativos possibilitam o desenvolvimento de competências relacionadas à adaptação curricular, utilização de tecnologias assistivas, planejamento individualizado e estratégias de mediação da aprendizagem.

Outro elemento essencial para a inclusão é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que possui função complementar ao ensino regular. Diferentemente do reforço escolar, o AEE busca identificar barreiras à aprendizagem e desenvolver recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a autonomia e o desenvolvimento do estudante. Seu funcionamento depende da articulação entre professores do ensino regular, profissionais especializados, gestores escolares e famílias, garantindo que as intervenções realizadas estejam integradas ao planejamento pedagógico da escola.

Quando essa articulação ocorre de forma eficiente, observa-se maior participação do estudante nas atividades escolares, melhoria na aprendizagem e fortalecimento das relações entre escola e família. Em contrapartida, a ausência dessa integração pode comprometer a efetividade das ações inclusivas, dificultando o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza

descritiva e exploratória, desenvolvida com o objetivo de compreender os desafios enfrentados no processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, bem como identificar estratégias pedagógicas utilizadas para favorecer sua aprendizagem e participação escolar.

A pesquisa teve como campo de investigação uma escola pública da rede municipal de ensino, na qual foram coletadas informações junto aos profissionais envolvidos diretamente no processo de inclusão escolar. Participaram do estudo professores do ensino regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e membros da equipe gestora, selecionados por sua experiência na atuação com estudantes diagnosticados com TEA.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionários contendo perguntas abertas e fechadas, possibilitando aos participantes descrever suas experiências, dificuldades e estratégias utilizadas na prática pedagógica. Esse instrumento permitiu reunir informações relacionadas à formação profissional, adaptação curricular, apoio institucional, recursos pedagógicos e percepção sobre a efetividade da inclusão escolar.

Após a coleta, os dados foram organizados e submetidos à Análise de Conteúdo proposta por Bardin, metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por possibilitar a identificação de categorias temáticas presentes nos discursos dos participantes. A análise permitiu compreender os principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação e identificar elementos que favorecem ou dificultam a inclusão dos estudantes com TEA.

Foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, assegurando o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações e a utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revelou que, embora a educação inclusiva esteja consolidada no âmbito

legal, sua efetivação ainda enfrenta inúmeros desafios na realidade escolar. Entre os aspectos mais frequentemente apontados pelos participantes destacam-se a insuficiência de formação específica para atuação com estudantes com TEA, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a necessidade de maior apoio institucional para os profissionais da educação.

Os professores relataram que muitos cursos de formação inicial abordam superficialmente a educação inclusiva, fazendo com que grande parte do conhecimento necessário seja adquirido apenas durante a prática profissional. Essa realidade evidencia a importância da formação continuada como estratégia para ampliar competências relacionadas ao planejamento pedagógico, adaptação curricular e manejo dos diferentes perfis apresentados pelos estudantes com TEA.

Outro aspecto recorrente refere-se às dificuldades encontradas na adaptação das atividades escolares. Muitos docentes afirmaram que o planejamento das aulas exige flexibilidade para contemplar as necessidades individuais dos estudantes, respeitando seus diferentes ritmos de aprendizagem. Nesse contexto, a utilização de recursos visuais, rotinas estruturadas, linguagem objetiva e materiais concretos foi apontada como uma das estratégias mais eficazes para favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados também demonstraram que o Atendimento Educacional Especializado exerce papel fundamental na promoção da inclusão escolar. Quando realizado de forma articulada com o ensino regular, o AEE contribui para identificar barreiras à aprendizagem, desenvolver recursos de acessibilidade e orientar os professores quanto às intervenções pedagógicas mais adequadas para cada estudante. Entretanto, alguns participantes relataram limitações relacionadas à disponibilidade de profissionais especializados e ao tempo destinado ao atendimento, fatores que podem comprometer sua efetividade.

Outro elemento amplamente destacado foi a importância da participação da família. Os relatos indicam que a comunicação contínua entre escola e responsáveis favorece o acompanhamento do desenvolvimento do estudante, possibilitando maior coerência entre as estratégias utilizadas no ambiente escolar e no contexto familiar. Essa parceria fortalece o planejamento das intervenções e

contribui para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional do aluno.

Além disso, observou-se que a atuação da equipe gestora exerce influência direta sobre a qualidade das práticas inclusivas. Escolas que promovem espaços de diálogo, incentivo à formação continuada e planejamento coletivo apresentam maior capacidade de responder às necessidades dos estudantes com deficiência. Em contrapartida, instituições que enfrentam limitações estruturais ou ausência de planejamento integrado tendem a apresentar maiores dificuldades na consolidação de uma cultura inclusiva.

Os resultados obtidos corroboram a literatura científica ao demonstrar que a inclusão escolar ultrapassa a simples matrícula do estudante na rede regular de ensino. A efetivação desse direito depende da existência de políticas públicas consistentes, investimentos em infraestrutura acessível, formação permanente dos profissionais e disponibilidade de recursos pedagógicos adequados. Dessa forma, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige compromisso coletivo e ações articuladas entre gestores, professores, profissionais especializados, famílias e órgãos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista representa um importante avanço na garantia do direito à educação, fundamentado nos princípios da equidade, da diversidade e da valorização das diferenças individuais. Apesar dos significativos avanços promovidos pela legislação brasileira nas últimas décadas, os resultados desta pesquisa evidenciam que a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura escolar, à disponibilidade de recursos pedagógicos e ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação Especial.

Os achados demonstram que a inclusão não pode ser compreendida apenas como o acesso do estudante à escola regular, mas como um processo contínuo de adaptação das práticas pedagógicas, da organização institucional e das relações estabelecidas no ambiente escolar. A aprendizagem dos

estudantes com TEA depende de intervenções planejadas, da flexibilização curricular e da adoção de metodologias capazes de respeitar as características individuais de cada aluno.

Outro aspecto evidenciado foi a relevância do Atendimento Educacional Especializado como suporte complementar ao ensino regular. Quando articulado com os professores, a equipe gestora e as famílias, o AEE amplia as possibilidades de desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes, favorecendo sua participação efetiva nas atividades escolares.

Da mesma forma, a formação continuada dos profissionais da educação mostrou-se indispensável para o fortalecimento das práticas inclusivas. Professores preparados sentem-se mais seguros para elaborar estratégias pedagógicas diversificadas, realizar adaptações curriculares e promover ambientes de aprendizagem acolhedores e acessíveis.

A pesquisa também reforça que a participação da família constitui elemento essencial para o sucesso do processo inclusivo. A comunicação permanente entre escola e responsáveis favorece a continuidade das intervenções e possibilita um acompanhamento mais efetivo do desenvolvimento dos estudantes.

Por fim, conclui-se que a construção de uma escola inclusiva exige o compromisso coletivo de gestores, professores, famílias e poder público. Somente por meio da articulação entre políticas educacionais, investimentos em acessibilidade, valorização da formação docente e fortalecimento das práticas colaborativas será possível assegurar uma educação de qualidade para todos, respeitando as singularidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista e promovendo sua plena participação na vida escolar e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

GAIATO, Mayra. S.O.S. Autismo. São Paulo: nVersos, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.